
1 - INTRODUÇÃO

Recém concluída a graduação de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo e chegando de uma temporada de seis meses em Paris, desembarquei em Rio Branco, no Acre, em janeiro de 1993. A mudança foi motivada pelo convite para trabalhar como arquiteta na Prefeitura de Rio Branco, com o recém eleito prefeito Jorge Viana, hoje governador do Estado.

A nova experiência, vivida por quatro anos, além de rica e muitas vezes surpreendente, despertou curiosidades e questionamentos sobre aquela realidade tão peculiar. A atividade profissional na coordenação de projetos de urbanização de favelas e em diversos projetos da Prefeitura de Rio Branco, além da oportunidade de conhecer o interior do Acre e de participar da elaboração de programas de governo de candidatos a prefeito e governador, construíram, ano a ano, o maior de todos os questionamentos a respeito do Acre.

A questão que me perseguia estava relacionada ao papel do Estado na conformação daquela realidade. Instigava-me o fato da instituição do Estado ser o principal elemento da economia acreana – em 2002 ela era responsável por cerca de 48% dos empregos do Estado, enquanto a média brasileira era de 19,46% – e o elemento central do processo histórico de ocupação, incorporação e integração territorial do Acre. Era imperativo compreender como e porque a instituição do Estado se transformara no sustentáculo do Estado do Acre.

Para tal, era necessário desenvolver uma pesquisa que permitisse interpretar a realidade experimentada a partir de um ponto de vista científico. Assim nasceu o desafio acadêmico de pesquisar sobre *O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre*, que teve início na Universidade de Viena, na Áustria, em 1997, e, com muito orgulho, é concluído na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O elemento que pautou toda a pesquisa foi a busca da compreensão do papel do Estado brasileiro no processo de ocupação, conquista, incorporação e integração territorial do Acre ao espaço nacional. Interpretar o referido processo implicou numa extensa pesquisa histórica, que muitas vezes nos conduziu a acontecimentos distantes – como, por exemplo, ao episódio da solução das fronteiras entre a Bolívia e o Peru; ou exigiu a leitura de versões envoltas em controvérsias, que em alguns casos não possuíam uma segunda versão para ser confrontada; ou obrigou a pesquisa não apenas das políticas implantadas, mas também da retórica que sustentava tais políticas.

Nesta busca perseguíamos os motivos e as concepções que inspiraram as políticas brasileiras, assim como as retóricas que as acompanharam durante todo o processo de produção do espaço acreano, e que justamente consolidaram a instituição do Estado como principal elemento do próprio Estado do Acre.

Para alcançar o objetivo perseguido lançamos mão das pesquisas sobre as teorias marxistas e weberianas sobre o Estado e a produção do espaço. Estas apontaram no sentido de que as políticas implantadas para produção do espaço são frutos do processo de expansão da forma mercadoria, que tem na homogeneização do espaço nacional o

elemento essencial da sua expansão – isso no modelo em que o modo de produção é predominantemente extensivo, como no caso brasileiro.

Por outro lado, a pesquisa histórica sobre o processo de ocupação, incorporação e integração do Acre apontava para a importância das concepções geopolíticas nas políticas implantadas na região. Assim tiveram início as pesquisas no âmbito da geopolítica, especialmente sobre os temas relacionados ao Estado, território, fronteira e soberania, que apontaram a importância das estratégias de ocupação territorial na defesa do território e da soberania nacionais.

A partir da pesquisa histórica identificamos três momentos específicos no processo de produção do espaço no Acre, que inclusive pautaram a organização dos capítulos desta tese. O primeiro destes momentos, iniciado em meados do século XIX e concluído na década de 1930, foi aquele de incorporação do Acre ao território brasileiro.

Neste momento houve o movimento de ocupação e conquista territorial, promovido pelo incentivo ao aumento da produção de borracha na Amazônia, que tinha no Acre uma área rica em espécies produtoras desta matéria-prima. O resultado deste processo foi a incorporação do Acre ao território brasileiro nos primeiros anos da década de 1900, depois de uma Revolução e a partir das negociações comandadas pelo Barão de Rio Branco.

O segundo momento do processo de produção do espaço no Acre foi aquele de sua integração ao espaço nacional. Este momento teve início em 1930 e se estendeu até meados da década de 70, e foi principalmente marcado por um intenso processo de

implantação de políticas para a produção do espaço, que promoveram a integração territorial do Acre ao espaço nacional e uma profunda reestruturação de suas características econômicas e de sua organização territorial.

Estas políticas foram inspiradas pelas estratégias geopolíticas, que identificavam algumas das principais características acreanas - localização numa faixa da fronteira amazônica brasileira, baixa densidade demográfica e dispersão da ocupação territorial – como pontos vulneráveis para a defesa do território e da soberania brasileira. Para neutralizar estas características, segundo o ponto de vista das estratégias geopolíticas, era necessário ocupar, adensar, urbanizar e, finalmente, integrar este território ao espaço nacional.

Por fim, o terceiro e último momento do processo de produção do espaço no Acre é aquele que tem início em meados da década 70 e se estende até o presente ano. Este momento foi caracterizado pela consolidação das políticas de integração implantadas no período anterior, cujos resultados alteraram profundamente as tradicionais características acreanas, e pela ascensão da ideologia ambientalista, especialmente da idéia do ‘desenvolvimento sustentável’.

Ao final deste período o Acre era um Estado de população majoritariamente urbana, 66,4%; integrado ao espaço nacional através de rodovias que alteraram a forma de sua ocupação territorial, da margem dos rios para o eixo das rodovias; e onde a antiga atividade extrativista tinha importância econômica insignificante. Este período foi marcado também pela substituição, no discurso hegemônico, da inspiração geopolítica

pelas concepções ambientalistas, em especial do desenvolvimento sustentável, que passaram a acompanhar a concepção das políticas implantadas no Acre.

A única característica acreana que sobreviveu às políticas implantadas por mais de um século, e na verdade fortaleceu-se através delas, foi a importância da instituição do Estado como principal elemento da estrutura econômica estadual e do processo de produção do espaço. A novidade com relação a este fato está no fortalecimento da estrutura da instituição estadual, que nos últimos seis anos passou a assumir a condução das políticas de produção do espaço no Acre, em substituição às políticas brasileiras dos períodos anteriores.

Enquanto no âmbito nacional a crise da acumulação entravada e o predomínio neoliberal orientavam a implantação de políticas recessivas e a diminuição da intervenção do Estado, o governo do Acre, ciente de sua dependência econômica dos recursos externos e diante do predomínio da idéia do desenvolvimento sustentável, incorporou o discurso e os projetos da ideologia dominante. A partir da incorporação de tal ideologia o governo estadual viabilizou os financiamentos necessários à promoção de uma estruturação de todos os elementos que compõem o Estado, inclusive de sua própria instituição, perpetuando assim a condição do Estado como elemento central dos processos desenrolados no Acre.

Chegamos então à compreensão da problemática que deu origem a esta tese. Interpretamos o processo de produção do espaço no Acre como resultado das políticas brasileiras implantadas desde meados do século XIX, cujos objetivos eram conquistar, ocupar, povoar, organizar sua ocupação e integrar este território ao espaço nacional

como forma de garantir as condições necessárias à defesa do território e da soberania brasileira.

Estamos propondo a interpretação de que o processo de produção do espaço no Acre faz parte do processo de apropriação do território nacional e só pode ser explicado em função do processo que o engendrou. Ele está relacionado às questões de segurança e soberania nacional, não apenas por se tratar de um Estado amazônico, mas também, e principalmente, por sua localização geográfica numa faixa da fronteira brasileira. A interpretação elaborada a partir deste ponto de partida evidencia não apenas o fundamental papel do Estado no processo de ocupação, incorporação e integração do Acre ao espaço nacional, ela revela também a concepção de espaço nacional do Estado brasileiro.